

Os sentidos da sustentabilidade nos relatos integrados do setor privado

ERICO L. PAGOTTO

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES USP

SYLMARA LOPES FRANCELINO GONÇALVES DIAS

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES USP

OS SENTIDOS DA SUSTENTABILIDADE NOS RELATOS INTEGRADOS DO SETOR PRIVADO

RESUMO

A crise socioambiental sistêmica tem avançado em intensidade e velocidade principalmente a partir de meados do século XX. Em resposta à crise, empresas do setor privado afirmam engajar-se em torno do chamado “desenvolvimento sustentável”. O objetivo deste artigo foi investigar como a polissemia da sustentabilidade é utilizada por estas organizações em seus discursos. O método utilizado foi a análise do discurso crítica, procurando revelar aspectos ideológicos das práticas sociais e discursivas dos atores sociais analisados. Utilizou-se como *corpus* analítico os relatos integrados ou de sustentabilidade de empresas de cinco setores: financeiro, industrial, varejo, construção civil e agronegócio. Foi possível identificar a polissemia da sustentabilidade nos discursos corporativos e que sob este arco polissêmico empresas do mesmo setor econômico tendem a atribuir à sustentabilidade sentidos similares. Já quando comparados diferentes setores, o sentido da sustentabilidade refere-se à sustentação dos negócios das empresas e do emprego de tecnologias ecoeficientes em sua operação.

PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade. Políticas públicas. Responsabilidade social ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Em resposta ao avanço da presente crise socioambiental, seus impactos têm sido alvo de inúmeras pesquisas (IPCC, 2018; WMO, 2014). Muitos esforços têm sido envidados tanto do ponto de vista político como científico em busca da chamada “Produção e Consumo Sustentáveis – PCS” que vem se tornando um novo campo de conhecimento, trazendo contornos teóricos, práticos e políticos que lhe são específicos (POWER e MONT, 2012, GEELS et al., 2015, REISCH e THØGERSEN, 2015). O debate sobre sustentabilidade, no entanto, abriga amplo leque de contradições e polissemias herdadas das limitações técnicas e dificuldades políticas inerentes ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável (MARKKULA e MOISANDER, 2012).

A manipulação ideológica dos discursos “ambientalmente corretos, mas politicamente frágeis” (COSTA e TEODÓSIO, 2011), pelos diferentes atores sociais que utilizam a polissemia da sustentabilidade como matriz discursiva pode resultar em “políticas de sustentabilidade fraca” (LOREK, 2010; SPANGENBERG, 2014). Ao adotarem o discurso da sustentabilidade “fraca”, governos e suas políticas resultam capturados pela agenda econômica, e com poucos resultados efetivos (GYENE, 2009). Na opinião de especialistas, apesar do crescente reconhecimento público sobre temas ambientais, permanece uma “lacuna de implementação” (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014).

A incorporação dos discursos ambientais por empresas privadas tem se intensificado principalmente a partir da década de 1990 e mais formalmente por meio de diversos tipos de relatórios de sustentabilidade (BELOSEVICH, 2017), que são instrumentos voltados à divulgação de informações socioambientais às partes interessadas, e para os quais hoje há uma tendência de adoção do formato “Relato Integrado – RI”, nos termos propostos pelo *International Integrated Reporting Council - IIRC* (FLOWER, 2015).

Neste sentido, o objetivo deste artigo foi investigar como a polissemia da sustentabilidade é utilizada por organizações do setor privado em seus discursos com vistas à produção de sentidos nas formulações de estratégias empresariais e em resposta à crise socioambiental sistêmica.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seleção de empresas privadas analisadas foi feita levando-se em consideração os seguintes critérios: (i) foram selecionados para análise os segmentos considerados prioritários pelo 2º. Ciclo do Plano de Produção e Consumo Sustentável brasileiro (BRASIL, 2016): finanças, agronegócio, varejo, indústria e construção civil; (ii) a partir do anuário das 1.500 maiores empresas do país no ano de 2017 (BERNARDES, 2017), foram selecionadas as duas maiores de cada segmento; (iii) destas, foram descartadas aquelas que não apresentaram relatos corporativos socioambientais após 2015; (iv) como o foco da pesquisa foi o setor privado, excluíram-se as empresas públicas e de economia mista.

Sabe-se de antemão, por meio de estudos anteriores, que os relatos integrados apresentam limitações quanto a sua capacidade de incentivar a gestão integrada da sustentabilidade às estratégias empresariais (STACCHEZZINI, MELLONI, LAI, 2016) pois seu enfoque está mais sobre a geração de valor e pouco alinhados aos princípios da “sustentabilidade forte” que caracterizaria a Economia Ecológica (BELOSEVICH, 2017), problemas que também já haviam sido identificados no conceito de responsabilidade social corporativa (GONÇALVES-DIAS, TEODÓSIO, 2012; ANTONIOLLI, GONÇALVES-DIAS, 2015).

A técnica utilizada foi a Análise de Discurso Crítica – ADC, que tem como referência o trabalho de Fairclough (2001). Para este autor, os discursos são historicamente situados, sempre sociais e nunca individuais, além de carregarem e reproduzirem práticas sociais e ideológicas, revelando disputas entre manutenção da ordem social *versus* mudança social (RESENDE e RAMALHO, 2006). O processo metodológico de análise dos discursos se utilizou dos textos integrais, porém o foco da análise esteve na “sustentabilidade” como categoria analítica.

3. RESULTADOS

Os relatos integrados foram analisados em três etapas: primeiro individualmente, em seguida foram comparados por setor econômico e finalmente comparados entre setores. Os resultados estão apresentados a seguir.

3.1. O setor financeiro nos relatos integrados

O primeiro ponto que chama a atenção nos relatos integrados dos dois bancos analisados, Itaú e Bradesco, é a qualidade de seu design gráfico, o apelo emocional das ilustrações que acompanham o texto e a iconografia infantilizada, procurando relacionar a expressão “sustentabilidade” a elementos como bicicletas, animais, árvores e flores.

Já com relação ao conteúdo textual, uma questão importante é que a análise dos RI’s dos bancos mostrou que em nenhum lugar há uma definição clara do que se entende por “sustentabilidade” apesar da expressão ser mencionada 35 vezes no Relato do Itaú e 91 vezes no do Bradesco. Ao não definir objetivamente, os textos parecem explorar a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos à sustentabilidade, ou seja, sua polissemia.

A análise crítica do discurso encontrou referências à sustentabilidade nos seguintes sentidos: (1) como parte de indicadores de performance específicos do setor, (2) como referência à sustentação dos próprios negócios da empresa, (3) referindo-se ao uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) relacionada à sustentação das relações comerciais do banco com seus clientes e fornecedores, (5) em referência ao desenvolvimento sustentável (e/ou *triple bottom line*) e (6) em referência a novas oportunidades de negócios, produtos ou serviços financeiros.

A análise comparada entre os discursos dos RI’s dos dois bancos demonstrou que a sustentabilidade é central para ambos, e que há um alinhamento ao longo dos documentos como um todo no emprego desta expressão, que é o da plenitude de seu uso polissêmico. Tal polissemia não se verifica de forma aleatória, mas, ao contrário, é possível identificar um

“núcleo duro”, centrado na sustentação dos negócios, e que se interpenetra com os outros sentidos possíveis.

Assim, por exemplo, um destes outros sentidos é o da sustentação das relações comerciais: o Itaú, ao descrever sua gestão de riscos, declara (de forma um tanto tautológica) que “Sustentabilidade e satisfação dos clientes é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes” (ITAÚ, 2017, p. 60). Já o Bradesco considera seu programa de empreendedorismo, o “Ecosistema inovaBra”, como uma de suas principais e mais promissoras iniciativas de novos negócios e que visa “o trabalho colaborativo entre a Organização, Empresas, *Startups*, Investidores e Mentores a fim de solucionar desafios, atender às necessidades de nossos clientes e garantir a sustentabilidade dos negócios” (BRADESCO, 2017, p. 100).

3.2. O setor do agronegócio nos relatos de sustentabilidade

As empresas do setor de agronegócio JBS e Bunge foram selecionadas para análise nesta pesquisa de acordo com os critérios definidos anteriormente. Da mesma forma como ocorreu na análise dos bancos, a sustentabilidade é um fator importante para estas empresas, conforme informações de seus próprios relatos: a expressão “sustentabilidade” apareceu 51 vezes no da JBS e 45 vezes no relato da Bunge.

A JBS opta por publicar em um único volume seu Relato Anual e de Sustentabilidade, enquanto a Bunge disponibiliza seu Relato de Sustentabilidade separado do relato anual consolidado. No primeiro caso, o relato traz outras informações da companhia, num total de 210 páginas. Já no caso da Bunge, o Relato de Sustentabilidade, com 49 páginas, foi o objeto de análise deste capítulo. Ambos os relatos foram publicados em 2018 com data base de 2017.

Apesar do grande número de ocorrências da expressão “sustentabilidade”, nenhuma das empresas a define propriamente. A JBS apenas traz uma referência “inspiracional”, e não uma definição propriamente, ao afirmar que:

Para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais (JBS, 2017, p. 140).

A análise dos relatos de sustentabilidade das empresas do setor do agronegócio identificou que os principais sentidos da sustentabilidade em ambos os relatos estavam relacionados a: (1) sustentação dos negócios da empresa; (2) indicador de performance ou requisito técnico específico do setor; (3) uso ecoeficiente de recursos naturais; (4) referência ao desenvolvimento sustentável; (5) práticas de gestão e processos; (6) cumprimento de requisitos legais; (7) eixo da imagem corporativa; (8) preocupações com a formação e a educação.

Como no caso dos bancos, a “sustentação dos negócios” parece ser o “núcleo duro” do sentido da sustentabilidade para as empresas do agronegócio:

(...) como a sustentabilidade é matéria estratégica para os negócios em âmbito global, a JBS conta com um Comitê de Sustentabilidade (JBS, 2017, p. 138)

(...) a capacidade de se adaptar e de se reinventar a cada novo momento e a configuração de mercado contribuem para a longevidade e sustentabilidade da empresa (BUNGE, 2017, p. 9).

Outro ponto em comum que emergiu tanto da análise das empresas do setor financeiro e como do agronegócio foi a referência ao uso ecoeficiente de recursos naturais. Ao mesmo tempo em que a JBS reconhece suas responsabilidades “na utilização sustentável do solo, na proteção de biosferas naturais [sic] e no aumento da sustentabilidade social” (JBS, 2017, p. 67), a Bunge afirma, por exemplo, que busca “manter controles operacionais para a redução do consumo de matérias-primas” de forma a “assegurar a destinação ambientalmente correta de

todos os nossos resíduos industriais (...) segundo a melhor opção sustentável possível” (BUNGE, 2017, p. 67).

Um terceiro ponto em comum foi a referência ao desenvolvimento sustentável. A JBS afirma de maneira quase poética que “para a empresa, a sustentabilidade é uma jornada de melhoria contínua, que envolve superar o desempenho dos negócios a curto e longo prazo, equilibrando e gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais” (JBS, 2017, p. 140). A referência ao desenvolvimento sustentável surge no discurso de conciliação dos “fatores econômicos, sociais e ambientais”. Considerar sociedade e meio ambiente como “fatores” a serem geridos, mais que uma licença poética, revela um discurso reducionista e pretensioso, como se conflitos socioambientais inconciliáveis com os interesses econômicos do agronegócio pudessem ser solucionados com “melhorias” administrativas.

Neste ponto, a BUNGE adota um discurso menos pretensioso e mais direto, ao afirmar que adota e exige de seus fornecedores “práticas alinhadas com as premissas do desenvolvimento sustentável” e que sua “Política de Sustentabilidade está alinhada à política global e foi validada em consulta às partes interessadas, de forma a refletir interesses de todas as áreas de atuação e estabelecer compromissos compartilhados” pois o objetivo da empresa é “promover o equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade socioambiental da empresa” (BUNGE, 2017, p. 80).

Outros três elementos se destacaram apenas nos sentidos da sustentabilidade para as empresas do agronegócio, que foram as práticas e processos de gestão, o cumprimento de requisitos legais e o peso da imagem corporativa.

Quanto às práticas de processos de gestão, JBS afirma que adota “as melhores práticas de sustentabilidade em toda sua cadeia de valor” (JBS, 2017, p. 28), e a Bunge informa que desenvolveu um *software*, o “Agroideal”, que “integra uma ampla gama de dados e indicadores de sustentabilidade, incluindo adequação agrônoma, indicadores socioeconômicos, mudanças no uso do solo e outros impactos ambientais” com vistas a “impulsionar a expansão sustentável da produção de soja na América do Sul” (BUNGE, 2017, p. 81). As expressões “práticas de sustentabilidade” e “indicadores de sustentabilidade” aparecem em um contexto similar: referem-se a práticas de eficiência produtiva que ao serem qualificadas como “de sustentabilidade” ajudam a compor a matriz discursiva da sustentabilidade (MEYER, 2015) dadas as limitações de se identificar objetivamente o que seriam tais indicadores (VEIGA, 2010).

Já quanto ao cumprimento de requisitos legais, a JBS enxerga que a compra de gado no Brasil é “o maior risco no Brasil, em termos de sustentabilidade” (JBS, 2017, p.139), já que a pecuária e a produção de soja na Amazônia são as maiores causas do desmatamento no bioma (RIVERO et al., 2019), com implicações legais e econômicas para as empresas. A companhia estabelece em seu nível estratégico as diretrizes globais e exige o atendimento aos requisitos legais, mas concede às empresas do grupo “autonomia para conduzir os temas de forma condizente aos desafios locais” (JBS, 2017, p.139).

Pesquisa realizada por Galuchi (2018) sobre as estratégias de gestão de risco dos frigoríficos demonstrou que o risco econômico, legal e reputacional refere-se ao desmatamento, invasão de terras indígenas, trabalho análogo à escravidão e destruição de unidades de conservação e que para mitigá-los as empresas mantêm práticas de inspeção, de mudanças frequentes de fornecedores ou simplesmente de aceitarem o risco quando a percepção da sociedade sinaliza que os frigoríficos não são responsáveis por irregularidades de pecuaristas.

Já a Bunge tem enfatizado suas ações voltadas ao treinamento e capacitação local de seus fornecedores no cumprimento do Código Florestal “com o objetivo de aumentar a sustentabilidade da produção” (BUNGE, 2017, p. 25). Aqui vale destacar que a Bunge apoiou a reforma do Código Florestal Brasileiro, doando cerca de R\$ 2,8 milhões¹ para candidatos que participaram do processo eleitoral, sendo vários deles da bancada ruralista. A empresa também

conta com um histórico de multas ambientais e fiscais milionárias (MPT, 2015; ALVES, 2017; DOWBOR, 2017; BORGES, 2018).

Por fim, quanto ao peso da imagem corporativa, a JBS afirma em seu relato que sua forma de atuar é que contribui para estabelecer relações de confiança com clientes e consumidores, “o que faz com que a sustentabilidade (...) se torne um eixo central na gestão da imagem e reputação” (JBS, 2017, p. 140).

O relato da Bunge, por sua vez, enfatiza sua Política de Sustentabilidade (BUNGE, 2017, p. 78), suas premiações setoriais (id., p. 25) e seu Relato de Sustentabilidade (ibid., p. 10) como compromissos públicos voltados à sustentabilidade.

A crítica que alguns autores, como Okoye (2009), Silva (2011) e Coli (2017) fazem a esta ênfase à imagem corporativa é de que elas ficam limitadas às funções empresariais da comunicação corporativa, sem uma relação direta com a sustentabilidade “forte” do ponto de vista biofísico.

Por fim, dois outros sentidos da sustentabilidade emergiram a partir da análise dos relatos das empresas do agronegócio: os “Indicadores Setoriais” e a “Educação”. Os indicadores setoriais apareceram relacionados à sustentabilidade apenas para a JBS (2017, p. 16, 67 e 29). Embora a Bunge também utilize indicadores similares, como o GRI, por exemplo, no seu relato ela não o relaciona diretamente à sustentabilidade. Da mesma forma, para esta empresa suas iniciativas voltadas à formação e educação de stakeholders ressaltam ao longo do respectivo relato bastante associadas à ideia da sustentabilidade (BUNGE, 2017, p. 54 e 77), enquanto no relato da JBS isto não ocorre, o que pode indicar uma diferença no enfoque estratégico de cada empresa.

3.3. O setor varejista nos relatos de sustentabilidade

A análise do setor varejista foi feita a partir dos Relatos de Sustentabilidade do Walmart Brasil – WB de 2016 e do Grupo Pão de Açúcar – GPA de 2017, as datas mais recentes disponíveis por ocasião desta pesquisa.

O GPA não define “sustentabilidade” ao longo do texto. Já o relato do WB apresenta um glossário de termos ao seu final, onde consta a seguinte definição: “sustentabilidade: uso dos recursos naturais, de forma inteligente, para suprir as necessidades atuais dos seres humanos sem comprometer as gerações futuras” (WB, p. 92). Uma definição própria, claramente inspirada no conceito de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland (1987).

Os sentidos da sustentabilidade encontrados nestes relatos foram seis: (1) sustentação dos negócios da empresa; (2) indicadores setoriais; (3) uso ecoeficiente de recursos naturais; (4) práticas e processos de gestão; (5) referência ao desenvolvimento sustentável; (6) gestão de RH e no caso do GPA uma outra categoria que emergiu, o (7) consumo consciente.

Para o GPA, o sentido da sustentabilidade também aparece fortemente como referência à sustentação dos negócios da empresa (“seguimos comprometidos com a sustentabilidade do negócio”, GPA, 2017, p. 5). Já para o WB, esta associação se dá de forma indireta (“continuamos nos desafiando a seguir firme na jornada do desenvolvimento sustentável”, WB, 2016, p. 7). Na verdade, o WB faz um uso cuidadoso da expressão “sustentabilidade” e expressões afins (“sustentável”, “desenvolvimento sustentável” etc.). Por outro lado, três elementos parecem receber destaque nos relatos de sustentabilidade das duas empresas: a rastreabilidade da carne, as relações trabalhistas e a ecoeficiência.

Quanto aos indicadores setoriais, eles aparecem na forma de parcerias com organizações que desenvolvem ações voltadas às questões ambientais, de grupos vulneráveis (gênero, etnia, orientação sexual, deficientes e combate ao trabalho escravo) e de rastreabilidade da pecuária – esta última devido ao histórico das relações conflituosas entre expansão da fronteira agropecuária com o desmatamento da Amazônia. Sobre este ponto, vale destacar que diversos autores enfatizam a importância da ação integrada ao longo das cadeias de abastecimento, mas

para que isso se dê no sentido da sustentabilidade forte, esta integração deve atuar no sentido da redução de volumes absolutos (PRINCEN, 1999; ANBUMOZHI et al., 2010; REISCH et al., 2016; LEBEL, LOREK, 2008).

Outro ponto em comum nos dois relatos foi a associação entre sustentabilidade e ecoeficiência, principalmente levando-se em consideração que a operação dos negócios destas empresas é intensiva consumidora de água, energia (iluminação, refrigeração), combustíveis (na movimentação de frotas) e geradora de resíduos (principalmente embalagens). A ecoeficiência aqui tem sobretudo um forte papel econômico, no sentido de contribuir para melhorar a performance financeira das empresas, e por si só, é considerada como sustentabilidade fraca (VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014).

Quanto às práticas de gestão, elas aparecem relacionadas à própria ecoeficiência, mas também às atuações ao longo da cadeia de abastecimento, envolvendo controle de processos, como seleção de fornecedores e desenvolvimento de marcas próprias. Aqui também recebe destaque nos relatos de sustentabilidade das duas empresas a ênfase na construção de alianças e parcerias com outros atores da cadeia, como cooperativas de produtores e organizações ambientalistas que apoiam nos processos de rastreabilidade dos produtos (sobretudo os da pecuária). Estas ações são importantes para as empresas evitarem conflitos com as autoridades que realizam fiscalizações de âmbito trabalhista e ambiental, além de eventualmente tais problemas repercutirem na reputação pública das empresas.

Um ponto muito enfatizado pelo GPA foi quanto à gestão de seus recursos humanos. Além das parcerias, a empresa destaca os programas próprios voltados à equidade no ambiente corporativo. O motivo desta ênfase pode ser explicada pelo processo de reestruturação produtiva do capital que produz o que Antunes (2014) chamou de “uma nova morfologia do trabalho”, caracterizada por um proletariado de trabalhadores precarizados (os “precariados”), constituído em grande parte por mulheres, negros e homossexuais, que não raro encontram maior dificuldade de colocação no mercado e piores condições de trabalho. No Relato de Sustentabilidade do WB estes pontos também são enfatizados, porém, diferentemente do GPA, eles não são associados especificamente ao sentido da sustentabilidade, mas sim de forma ampla aos indicadores de sustentabilidade adotados pela empresa.

Por fim, o consumo sustentável aparece apenas no relato do GPA como estratégia, meta e plano de ação de sustentabilidade. Na prática, no entanto, a sustentabilidade se verifica para a empresa como aumento na oferta de “produtos sustentáveis” e aumento na coleta de resíduos recicláveis, características da sustentabilidade “fraca” (GEELS et al., 2015, VERGRAGT; AKENJI; DEWICK, 2014).

3.4. O setor da construção civil nos relatos de sustentabilidade

A análise do setor da construção civil foi feita a partir dos relatos de sustentabilidade da empresa Andrade Gutierrez - AG, de 2015 e da empresa MRV, de 2017, as datas mais recentes disponíveis no momento de realização desta pesquisa.

Nenhum dos relatos analisados define a expressão “sustentabilidade” ao longo do texto. Foi possível, no entanto, identificar neles os sentidos da sustentabilidade: (1) Sustentação dos negócios da empresa, (2) Indicadores setoriais, (3) Uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) Práticas e processos de gestão, (5) Relações comerciais, (6) Imagem corporativa, (7) Referência ao desenvolvimento sustentável, (8) Oportunidades de negócios.

Para os atores da construção civil, a sustentação dos negócios é um dos elementos centrais da sustentabilidade. A AG reestruturou seu posicionamento mercadológico e sua estrutura de governança após ser flagrada nos escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, e informa em seu relato de sustentabilidade que após esta reestruturação a empresa “visa a perenidade e a sustentabilidade do seu negócio” (AG, 2015, p. 4). Já a MRV passa por um momento mais favorável aos negócios devido, entre outros fatores, à sua segmentação de

mercado, voltada ao atendimento da demanda imobiliária da classe trabalhadora, e que ela discricionariamente explica como sendo motivada por seu “forte investimento na sustentabilidade em operações” (MRV, 2017, p. 10).

Ambas as empresas também associam sustentabilidade aos seus indicadores setoriais, como o fizeram empresas de outros segmentos, por meio da demonstração à adesão a protocolos de mercado, como o *Global Report Initiative* – GRI, o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, e também à boa reputação que auferem junto a instituições financeiras, parcerias com centros de pesquisa e organizações da sociedade civil, e demais partes interessadas (MRV, 2017, p. 10; AG, 2015, p. 29).

Da mesma forma, ambas as empresas procuram demonstrar que operam na busca contínua pela ecoeficiência, que lhes garantem “ganhos sustentáveis” (AG, 2015, p. 36) e menor impacto ambiental (AG, 2015, p. 60; MRV, 2017, p. 27).

A performance “sustentável” de ambas as empresas é alcançada, segundo afirmam, graças às suas práticas, processos e ferramentas de gestão administrativa, voltadas à qualidade, controle de riscos, processos de relacionamentos com fornecedores, entre outros (AG, 2015, p. 60; MRV, 2017, p. 29).

Ambas as empresas também cultivam boas práticas de relações comerciais, seja debatendo a sustentabilidade com outros atores e associações de classes que atuam em segmentos de mercado afins (AG, 2015, p. 83; MRV, 2017, p. 22), seja demonstrando a sustentabilidade em todas as ações a “clientes engajados” (MRV, 2017, p. 26).

A demonstração da sustentabilidade, inclusive, aparece também como prática associada à valorização da imagem corporativa da empresa perante a sociedade civil, e por este motivo as empresas investem em práticas de responsabilidade social (AG, 2015, p. 77) e no que a MRV chama de “ações sustentáveis”, como colaborar em campanha para a vacinação, e desenvolver ações para o combate contra a dengue, etc. (MRV, 2017, p. 58). Em um mundo onde quase todos os serviços públicos estão privatizados, a filantropia empresarial cumpre o papel de demonstrar o bom-mocismo das empresas aos menos favorecidos e aos formadores de opinião, como estudantes:

Para estreitar os laços com a academia, a companhia otimizou a ação Portas Abertas, em que os estudantes participam de visitas orientadas às obras para conhecerem não apenas os processos produtivos, mas também o foco em sustentabilidade, que abrange meio ambiente, inovação, gestão de resíduos, mudanças climáticas e selos de sustentabilidade contemplados pela empresa (MRV, 2017, p. 58).

Por fim, dois sentidos da sustentabilidade que aparecem apenas no relato da MRV e não no da AG são a relação com o desenvolvimento sustentável e as oportunidades de novos negócios. No primeiro caso, as referências ao DS no relato da MRV são tanto explícitas, em sua política de sustentabilidade: “A Política de Sustentabilidade estabelece as seguintes diretrizes: promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável” (MRV, 2017, p. 27) quanto implícitas, numa referência ao triple bottom line: “Ao planejarmos os empreendimentos, buscamos considerar todas as dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental” (MRV, 2017, p. 11). No segundo caso, a MRV revela explorar proativamente as novas possibilidades de negócio abertas pelos discursos da sustentabilidade, tanto no mercado de capitais: “Nos últimos anos, a companhia vem fortalecendo sua relação com as consultorias de sustentabilidade para o mercado de capitais, inclusive do exterior, municiando-as com relatos e planos de ação capazes de subsidiar os investidores” (MRV, 2017, p. 31) como nas suas grifes próprias de produtos batizados como “eco, bio e premium” (MRV, 2017, p. 50), mostrando-se bastante engajada.

3.5. O setor industrial nos relatos de sustentabilidade

A análise do setor industrial foi feita a partir dos relatos de sustentabilidade da Ambev de 2016 e do relato integrado da Braskem de 2017, as datas mais recentes disponíveis no momento desta pesquisa.

Nos relatos, a Braskem não adota nenhuma definição de “sustentabilidade”, e a Ambev o faz de forma “inspiracional”: “Sustentabilidade para a gente não é teoria. É realização. É fazer as coisas certas, tendo como inspiração um sonho grande” (AMBEV, 2016, p. 64).

Os sentidos da sustentabilidade encontrados nestes relatos foram (1) Sustentação dos negócios da empresa, (2) Indicadores setoriais, (3) Uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) Práticas e processos de gestão, (5) Responsabilidade social, (6) Referência ao desenvolvimento sustentável, (7) Imagem corporativa.

Ambas as empresas afirmam a centralidade da sustentabilidade para a gestão do seu negócio (AMBEV, 2016, p. 7; BRASKEM, 2017, p. 9), sendo que a Ambev o faz aproveitando o jogo de palavras com o sentido da “sustentação dos negócios”, da mesma forma que empresas de outros segmentos o fazem:

Mostramos com clareza que estamos juntos em um compromisso de longo prazo, trabalhando pela sustentabilidade do negócio, em uma curva de crescimento, construindo boas marcas, gerando valor econômico, social e ambiental (AMBEV, 2016, p. 46).

Quanto à associação da sustentabilidade com os indicadores setoriais, o padrão também foi o mesmo observado nos casos anteriores: as duas empresas analisadas enfatizam seus compromissos com protocolos sociais e ambientais (AMBEV, 2016, p. 94; BRASKEM, 2017, p.86). O mesmo padrão se verifica quanto à associação entre sustentabilidade e ecoeficiência (AMBEV, 2016, p. 40-41; BRASKEM, 2017, p. 10). Destacou-se nos relatos das empresas do setor industrial uma associação muito forte entre sustentabilidade e eficiência na gestão administrativa de seus processos e recursos (AMBEV, 2016, p. 57, p. 72, p. 81; BRASKEM, 2017, p. 3, p. 6, p. 39).

Com relação à sustentabilidade nas práticas de responsabilidade social, o padrão praticado pelas empresas do setor industrial também é muito parecido com o das empresas dos demais setores (AMBEV, 2016, p. 75; BRASKEM, 2017, p. 2). Destaque para a passagem que revela a parceria com o Instituto Akatu para promover o “consumo consciente e a sustentabilidade” (BRASKEM, 2017, p. 58), uma prática “liberal” focada no princípio da soberania do consumidor (BIERWAGEN, 2016), voltada à sustentabilidade fraca (BARR, GILG e SHAW, 2011).

As referências à sustentabilidade no sentido do desenvolvimento sustentável aparecem em ambos os relatos, sendo no caso da Ambev (2016, p. 57) ao *triple bottom line*, e no da Braskem (2017, p. 12) aos ODS-2030.

Por fim, as práticas voltadas à imagem corporativa relacionam sustentabilidade à comunicação social da empresa. No caso da Ambev, é um ponto sensível por tratar-se da venda de bebidas alcoólicas, e para isso a empresa afirma contar com um Comitê Interno de Marketing e Comunicação Responsável e cumprir as determinações do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR (AMBEV, 2016, p. 25). Já no caso na Braskem, dentre os diversos casos citados no relato, um deles menciona o uso do plástico biodegradável produzido pela empresa e utilizado pelos astronautas da Estação Espacial Internacional como uma solução de sustentabilidade para as missões espaciais (BRASKEM, 2017, p. 39).

4. OS SENTIDOS DA SUSTENTABILIDADE PARA O SETOR PRIVADO

A análise comparada dos relatos integrados das dez empresas mostrou que o conceito de sustentabilidade aparece relacionado a treze categorias analíticas distintas (Quadro 1).

Quadro 1 - Sentidos da sustentabilidade para atores do setor privado

Sentidos da Sustentabilidade	Itaú	Bradesco	Bunge	JBS	GPA	WB	AG	MRV	Brasken	Ambev
1. Sustentação dos negócios da empresa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
2. Uso ecoeficiente de recursos naturais	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
3. Indicador técnico ou de desempenho do setor	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
4. Referência ao desenvolvimento sustentável	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
5. Práticas e processos de gestão			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
6. Eixo da imagem corporativa			✓	✓			✓	✓	✓	✓
7. Relações comerciais	✓	✓					✓	✓		
8. Oportunidades de negócios	✓	✓						✓		
9. Cumprimento de requisitos legais			✓	✓						
10. Gestão de RH					✓	✓				
11. Responsabilidade social									✓	✓
12. Educação corporativa				✓						
13. Consumo consciente					✓					

Fonte: elaborado pelos autores, 2020.

Este quadro revelou que nem todas as empresas empregam a expressão “sustentabilidade” no mesmo sentido, o que demonstra a sua polissemia. Também foi possível observar que empresas do mesmo setor (identificados por cores) tendem a empregar a expressão no mesmo sentido, embora isso não seja uma regra.

Destacou-se ainda o fato que dos treze sentidos identificados, seis foram os mais recorrentes, aparecendo em mais da metade das empresas analisadas: sustentação dos negócios, ecoeficiência, indicador de performance, referência ao desenvolvimento sustentável, prática de gestão e imagem corporativa, sendo que os dois primeiros apareceram em todas as empresas. Isso indica tendência a certa prática de mercado quanto à comunicação, principalmente levando-se em consideração que estas empresas estão entre as líderes em seu segmento.

Considerando-se o protagonismo das empresas selecionadas em seus respectivos mercados, depreende-se que a polissemia da sustentabilidade se torna um recurso simbólico importante. A partir de uma sucessão de eventos de crises socioambientais e políticas, principalmente na última virada de século, elas passam a adotar a estratégia de um discurso reformista, incumbindo-se de ressignificar a sustentabilidade para um enquadramento interpretativo que lhes seja mais favorável. Com isso conseguem transformar a crise ecológica em oportunidade de melhorar seu desempenho ecoeficiente, ao mesmo tempo em que ampliam o capital simbólico de sua reputação corporativa.

A análise comparativa dos sentidos da sustentabilidade nos relatos empresariais mostrou que as categorias que se repetem podem ser sintetizadas em uma categoria ampla de “gestão e controle empresarial”. Pode-se dizer que esta é a forma como as empresas significam e aplicam a sustentabilidade em suas práticas produtivas. Esta é, portanto, a principal convergência dos discursos da sustentabilidade para os atores do setor privado e que compõem sua matriz discursiva.

Para as empresas analisadas, o interesse está na manutenção da ordem no campo social e ampliação das novas oportunidades abertas por meio das mudanças reformistas para expansão

dos mercados, melhoria da imagem corporativa, ganho de performance financeira e em ecoeficiência para assegurar a sustentação dos negócios.

Vale a pena demarcar aqui também que diversas contradições surgiram entre os discursos dos relatos corporativos socioambientais das empresas quando triangulados com aquele expresso pelas entidades representantes de classe ao longo do processo de discussão do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentável. De acordo com os fundamentos metodológicos da análise crítica do discurso, é importante levar em consideração o contexto dos discursos – quem fala, como fala, onde fala, o que fala. Assim, por exemplo:

a) Setor varejista: o relato de sustentabilidade de um dos atores destaca sua ênfase na economia de recursos e operação sustentável, enquanto a Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS destaca as perdas bilionárias do setor:

[*Superintendente da ABRAS*] a grande preocupação até então do varejo era a questão das perdas, e aqui relacionada as perdas em valores ou perdas financeiras (...) porque ao longo do tempo a gente verifica que os números não vêm melhorando (...) a gente verifica que, o total de 2016 houve uma perda de 7,11 bilhões (BRASIL, 2016a).

O Walmart Brasil busca adotar e aprimorar constantemente práticas mais sustentáveis em sua operação. Ao longo de 2015, diversas ações resultaram em economia de recursos como água e energia, além dos esforços para a correta destinação de resíduos (WB, 2016, p. 62).

b) Setor industrial: o relato integrado de um dos atores enfatiza sua proatividade histórica em avaliação do ciclo de vida, enquanto a CNI afirma tratar-se de um processo complexo, custoso e que não deve ser estimulado:

(...) [*analista da CNI*] Com relação à Análise do Ciclo de Vida, observou que uma questão é a ideia de ACV e outra é a aplicação da ferramenta. Enquanto a primeira deve ser adotada, a segunda não pode aparecer como uma exigência, pois é um processo complexo e custoso para a indústria (BRASIL, 2016).

Desde 2005 utilizamos a metodologia conhecida como Avaliação do Ciclo de Vida – ACV (...) buscamos mobilizar as empresas, articular governos e educar o consumidor na incorporação do ACV como uma ferramenta para determinar a sustentabilidade dos produtos (BRASKEM, 2017, p. 39).

c) Setor do agronegócio: o relato de sustentabilidade de um dos atores afirma promover a melhor gestão possível dos recursos naturais, com produtos adequados aos mercados, enquanto a Confederação Nacional da Agricultura – CNA afirma que os “agroquímicos” devem ser regulamentados:

[*Assessor da CNA*] Vamos ter de conviver com o agroquímico por mais algum tempo. Mas é preciso que isso seja feito de modo regulamentado. (...) Muitas vezes o agricultor usa o agrotóxico de forma inapropriada para proteger a produção (BRASIL, 2015).

Temos uma política para orientar os processos de avaliação da empresa nos aspectos relacionados à biodiversidade e ao uso da terra, auxiliando na promoção da melhor gestão possível dos recursos naturais. O conteúdo dessa política está em contínua revisão com a realização de trabalhos e planos de ação. (...) Entre os princípios da Política de Uso da Terra e Biodiversidade da Bunge estão: (...) 2. Garantir produtos adequados aos mercados (BUNGE, 2017, p. 66).

d) Construção civil: o relato de sustentabilidade de um dos atores informa sobre investimentos feitos pela companhia em seu comitê de ética após escândalos de corrupção em

que foi flagrada, enquanto a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – CBIC destaca o acompanhamento “bastante forte” do processo legislativo:

[*Gestor da CBIC*] Então, de legislação a gente já faz o acompanhamento, a gente tem uma agenda legislativa temática para meio ambiente, só com acompanhamento de legislação, assim como a CNI também. Então, nessa parte de legislação, eles têm um acompanhamento bastante forte (BRASIL, 2018).

A composição do Comitê de Ética é eleita e escolhida entre profissionais de reputação ilibada. O Comitê de Ética é responsável pelo acompanhamento e aprimoramento do Programa de *Compliance* e Integridade da AG Engenharia (AG, 2015, p. 21).

Nestes quatro exemplos, os excertos são evidências de que há um descompasso entre os discursos. Enquanto as entidades de classe tendem a adotar um discurso mais objetivo, aberto e pragmático, os relatos corporativos socioambientais tendem a exibir um estilo discursivo mais moderado, e posições discursivas por vezes antagônicas com as respectivas entidades de classe – o que não significam que divirjam do conteúdo, mas que em alguma medida os relatos corporativos socioambientais ajudam a construir o papel do “bom-mocismo”, à medida que, do ponto de vista do campo, as empresas são as grandes beneficiadas da atuação de seus representantes de classe.

É importante pontuar que, particularmente em situações de crise econômica, a propositura de iniciativas mais arrojadas para conter a expansão da produção em termos biofísicos pode encontrar muitas oposições, o que já foi constatado em outros países que estão em processo de implementação de seus PPCS (BRIZGA et al., 2014, GEELS et al. 2015). Especificamente no caso do Brasil, a crise político-econômica instalada após 2016 tem promovido cortes nos orçamentos governamentais, aumento da precarização de condições trabalhistas, desaparecimento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do meio ambiente e retrocessos na legislação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2018), criando um ambiente político desfavorável ao debate sobre produção e consumo sustentáveis.

A combinação de fatores como baixo protagonismo social, incompreensão das causas e consequências dos limites ecossistêmicos e prevalência do pensamento neoliberal podem criar um cenário propício à retórica neodesenvolvimentista (VEIGA, 2006) que, dada sua centralidade economicista, leva a políticas de governança baseadas em sustentabilidade fraca (LOREK, FUCHS, 2013), incapazes de oferecerem soluções concretas à crise sistêmica. Não se tratam, portanto, de problemas apenas brasileiros, mas que estão relacionados à nova configuração de forças no cenário econômico mundial e demandam tratativas intersetoriais.

Quando se interpreta que o principal sentido da “sustentabilidade” expressa nos relatos das empresas do setor privado, é a sustentação de seus negócios, esta é posição mercadológica que estes atores se propõem a sustentar. Desta forma, do ponto de vista semântico, torna-se possível para as empresas afirmarem que “deseja ser o banco líder em performance sustentável”, ou que busca “uma jornada de melhoria contínua (...) gerindo fatores econômicos, sociais e ambientais” e que “sustentabilidade não é teoria, é realização, fazer as coisas certas, tendo como inspiração um sonho grande”, ao mesmo tempo em que admite que esteja assentada sobre relações comerciais que se sustentem mutuamente, permanecendo aderente aos padrões de mercado expressos por meio de indicadores setoriais, alinhada ao desenvolvimento “sustentável”, e com as variáveis ambientais sob monitoramento de sistemas eletrônicos. Para as empresas, sustentabilidade é controle.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fred. Bunge recebe multa por crime ambiental que ultrapassa R\$ 10 milhões. **Portal CNN**. 20 nov 2017. Disponível em <<http://www.centronortenoticias.com.br/noticia->

- 1515286993-bunge-recebe-multa-por-crime-ambiental-que-ultrapassa-r-10-milh-es>, acesso em 01 jun 2019.
- AMBEV. **Relatório de Sustentabilidade**, 2016. Disponível em: <www.ambev.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.
- ANBUMOZHI, V.; GUNJIMA, T.; Prem-Ananth, A.; VISVANATHAN, C. An assessment of inter-firm networks in a wood biomass industrial cluster: lessons for integrated policymaking. **Clean Technology Environmental Policy** no. 12, p. 365–372, 2010.
- AG. Andrade Gutierrez. **Relatório de Sustentabilidade**, 2015. Disponível em: <http://www.andradegutierrez.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.
- ANTONIOLLI, G., GONÇALVES-DIAS, S.L.F. Uma discussão em torno de responsabilidade, comunicação ambiental e greenwashing: o caso da Petrobrás. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 3 n. 1, 3-46, jan./jun. 2015.
- ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- BARR, Stewart; GILG, Andrew; SHAW, Gareth. Citizens, consumers and sustainability: (Re)Framing environmental practice in an age of climate change. **Global Environmental Change** no. 21 p. 1224–1233, 2011.
- BELOSEVICH, P. R. S. **O Relato integrado sob a ótica da economia ecológica: uma análise multimétodo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.
- BERNARDES, Ernesto (org.). **Empresas Mais: o ranking das 1.500 maiores companhias do Brasil**. Edição 3. São Paulo: Agência Estado e Broadcast. out/2017.
- BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. A ideologização do consumo consciente: soberania do consumidor e liberdade de escolha no caso do instituto AKATU. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, vol. 14, 2016.
- BORGES, André. Algar, Bunge e Cargill são multadas por comprar grãos de produção ilegal. **O Estado de São Paulo** 23 de maio de 2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,algar-bunge-e-cargill-sao-multadas-por-comprar-graos-de-producao-ilegal,70002321078>, acesso em 01 jun 2019.
- BRADESCO. **Relatório Integrado 2017**. Disponível em: <www.bradesco.com.br/ri>. Acesso em 20 mar 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis 2º. Ciclo**. Diretrizes para implementação do 2º. Ciclo 2016 – 2020. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata de reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 30 de março de 2016a.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Registro de reuniões intersetoriais**. Volume Agricultura Sustentável. 21 de setembro de 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ata de reunião do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**. Brasília, DF, 2 e 3 de abril 2018
- BRASKEM. **Relatório Integrado 2017**. Disponível em: <http://www.braskem-ri.com.br/>. Acesso em 20 mar 2018.
- BRIZGA, J., MISHCHUK, Z., GOLUBOVSKA-ONISIMOVA, A. Sustainable consumption and production governance in countries in transition. **Journal of Cleaner Production** vol. 63, p. 45-53. 2014.
- BRUNDTLAND, G. H. (Org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.
- BUNGE. **Relatório Anual de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <www.bunge.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.

- COLI, Luís Regis. Antecipação, “Gestão” e “Resolução” de conflitos: estratégias empresariais de contenção da contestação social. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR**. São Paulo, 2017.
- COSTA, D. V., TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, vol. 12, no. 3, edição especial, 2011.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Nova arquitetura do poder sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras, 2017.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Pearson Education, 2001.
- FLOWER, J., 2015. The International Integrated Reporting Council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, 27, 1 – 17.
- GALUCHI, Tharic Pires Dias. **Risco reputacional em frigoríficos de carne bovina da amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- GEELS, Frank W., MCMEEKIN, Andy, MYLAN, Josephine, SOUTHERTON, Dale. A critical appraisal of Sustainable Consumption and Production research: The reformist, revolutionary and reconfiguration positions. **Global Environmental Change**, v. 34, p. 1-12, 2015.
- GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; TEODÓSIO, A. S. S. Controvérsias em torno do consumo e da sustentabilidade: uma análise exploratória da literatura. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 1, p. 61-77, 2012.
- GPA. **Relatório de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <<https://www.gpabr.com/pt/sustentabilidade/relatorios-sustentabilidade>>. Acesso em 20 mar 2018.
- GYENE, Gyongyver. Sustainability Discourse in Hungary - an analysis of the sustainability discourse by state and government leaders in the electronic media. **L'Europe en Formation** no. 352, p. 197-233, 2009.
- IPCC. Summary for Policymakers. In: **Global warming of 1.5°C**. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty. World Meteorological Organization, Geneva, Switzerland, 2018, 32 p.
- ITAÚ. **Relatório Integrado 2017**. Banco Itaú Unibanco. Disponível em: <<http://www.itaubank.com.br>>. Acesso em 20 mai 2018.
- JBS. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <www.jbs.com.br>. Acesso em 20 mar 2018.
- LOREK, S. FUCHS, D. Strong sustainable consumption governance – precondition for a degrowth path? **Journal of Cleaner Production** v. 38, 2013.
- LOREK, S. **Towards Strong Sustainable Consumption Governance**. Saarbrücken: LAP Publishing, 2010.
- LOREK, S.; BARBER, J.; ONTHANK, K. (ed.). **Global and Regional Research on Sustainable Consumption and Production Systems: Achievements, Challenges and Dialogues**. Workshop Report of the Global Research Forum on Sustainable Production and Consumption. Rio de Janeiro, 2013.
- MARKKULA, A.; MOISANDER, J. Discursive Confusion over Sustainable Consumption: A Discursive Perspective on the Perplexity of Marketplace Knowledge. **Journal of Consumer Policy** vol. 35, no. 105, 2012.

- MEYER, Gustavo da Costa. **A sustentabilidade em questão: paradigma ou matriz discursiva?** Dissertação de Mestrado. Programa de Mudanças Sociais e Participação Política. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MPT - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. MPT consegue liminar contra empresa do grupo Bunge. **Ministério Público do Trabalho**. 2015. Disponível em <<http://www.prt15.mpt.mp.br/2-uncategorised/400-mpt-consegue-liminar-contra-empresa-do-grupo-bunge>>, acesso em 01 jun 2019.
- MRV. **Relatório de Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <<https://www.mrv.com.br/sustentabilidade/pt/relatorio-de-sustentabilidade>>. Acesso em 20 mar 2018.
- OKOYE, A., Theorising corporate social responsibility as an essentially contested concept: is a definition necessary? **Journal of Business Ethics**, vol. 89, n. 4, p. 613–627, 2009.
- ONU. **Transformar nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Yorke: ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Política da Terra Arrasada à Luta pela Dignidade. Rebel. **Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos**. IELA - Instituto de Estudos Latino-Americanos. UFSC. 2018.
- POWER, Kate; MONT, Oksana. Analysis of latest outcomes of academic work on sustainable consumption 2010-2012. **ETC/SCP Working Paper** No 3/2013, 2012.
- PRINCEN, T. Consumption and environment: some conceptual issues. **Ecological Economics** no. 31 p. 347–363, 1999.
- REISCH, L. A. COHEN, M. J.; THØGERSEN, J.; TUKKER, A. Frontiers in Sustainable Consumption Research. **GAIA Ecological Perspectives for Science and Society** vol. 25, no. 4, p. 234-240, 2016.
- REISCH, L. A.; THØGERSEN, J. (eds). **Handbook of Research on Sustainable Consumption**, [eBook] Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4337/9781783471270>>. Acesso em 01 February 2017.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIVERO, Sérgio; ALMEIDA, Oriana; AVILA, Saulo; OLIVEIRA, Wesley. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 41-66, 2009.
- SILVA, Eduardo Augusto da. Irresponsabilidade histórica: memória e reputação corporativa como um dos desafios para a sustentabilidade. **IDEA** v. 2, no. 2, jan-jul 2011.
- SPANGENBERG, J. H. Institutional change for strong sustainable consumption: sustainable consumption and the degrowth economy. **Sustainability: Science, Practice & Policy** v. 10, no. 1, 2014.
- STACCHEZZINI, R., MELLONI, G., LAI A. Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal of Cleaner Production**, v.136, p. 102 – 110. 2016.
- UNCSD. UN Commission on Sustainable Development. **International Work Programme on Sustainable Consumption and Production Patterns**. UN Commission on Sustainable Development, New York, 1995.
- VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados** no. 68, vol. 24, 2010.
- VEIGA, José Eli da. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, p. 83-94, 2006.

- VERGRAGT, P., AKENJI, L., DEWICK, P. Sustainable production, consumption, and livelihoods: global and regional research perspectives. **Journal of Cleaner Production**. Special Volume: Sustainable Production, Consumption and Livelihoods: Global and Regional Research Perspectives V. 63, no. 15 p. 1–12, 2014.
- WALMART Brasil. **Relatório de Sustentabilidade**, 2016. Disponível em: <<https://www.walmartbrasil.com.br/responsabilidade-corporativa/sustentabilidade/>>. Acesso em 20 mar 2018.
- WMO. World Meteorological Organization. **Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970 - 2012)**. Chairperson, Publications Board, Geneva, Switzerland, 2014.

ⁱ Segundo informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral, em: <http://spce2010.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2010/resumoReceitasByCandidato.action>